

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2016

**INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
PUBLICOS MUNICIPAIS – PRESERV PARACATU – MG**

Dezembro de 2016



Maringá – PR., 13 de fevereiro de 2020.

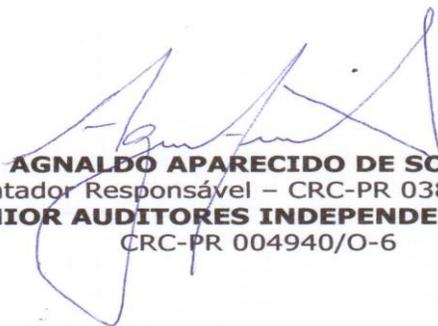
À
Diretoria do
**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS –
PRESERV PARACATU – MG**
Paracatu – Minas Gerais

Prezados senhores,

Encaminhamos, por intermédio da presente, para apreciação e análise de Vs. Sas., **Relatório dos Auditores Independentes**, sobre as demonstrações financeiras referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

Colocamo-nos à disposição de Vs. Sas. para quaisquer esclarecimentos adicionais que julgarem necessários.

Atenciosamente,



AGNALDO APARECIDO DE SOUZA
Contador Responsável – CRC-PR 038047/O-0
SÊNIOR AUDITORES INDEPENDENTES S.S
CRC-PR 004940/O-6

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS –
PRESERV PARACATU – MG**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro**

CONTEÚDO

Relatório dos Auditores Independentes.....	4 a 8
Balço Patrimonial.....	9
Balço Financeiro.....	10
Balço Orçamentário.....	11
Demonstrativo das Variações Patrimoniais.....	12
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.....	13 a 17

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS

À

Diretoria do

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS – PRESERV PARACATU – MG

Paracatu – Minas Gerais

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS – PRESERV PARACATU – MG**, que compreendem o balanço patrimonial, balanço financeiro, balanço orçamentário e o demonstrativo das variações patrimoniais em 31 de dezembro de 2016, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto quanto ao mencionado no parágrafo intitulado base para opinião com ressalvas, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS – PRESERV PARACATU – MG** em 31 de dezembro de 2016, para o exercício findo naquela data, de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Parcelamentos não reconhecidos na contabilidade

Identificamos que o valor de R\$ 13.367.868,01 referente aos saldos dos parcelamentos a receber junto a Prefeitura Municipal de Paracatu, Fundo Municipal de Saúde e Câmara Municipal de Paracatu não estavam reconhecidos contabilmente no ativo do Instituto.

Controle patrimonial

Em 31/12/2016 o Instituto não possuía conciliação e controle analítico dos bens patrimoniais, bem como, a depreciação contabilizada apresenta valores irrelevantes. Como consequência da falta de controle encontramos contabilizado como bens imóveis o valor de R\$ 66.644,68, porém, vale a pena destacar que o Instituto não possui imóvel próprio.

Compensação previdenciária

O Instituto não possui apurado, tão pouco contabilizado o valor referente a compensação previdenciária – COMPREV junto ao INSS.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Outras informações – Demonstrações Contábeis do Exercício Anterior

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015 utilizadas para fins de comparabilidade, não foram auditadas, portanto, não nos responsabilizamos sobre as mesmas.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e o relatório do auditor

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido

de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

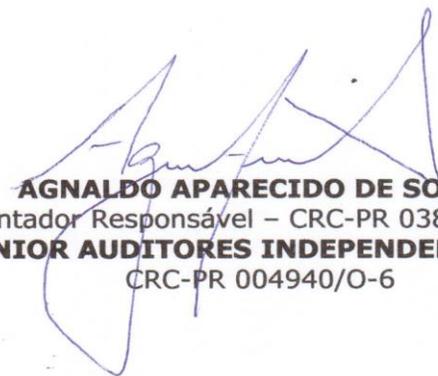
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais do exercício corrente e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Maringá – Pr., 13 de fevereiro de 2020.



AGNALDO APARECIDO DE SOUZA
Contador Responsável – CRC-PR 038047/O-0
SÊNIOR AUDITORES INDEPENDENTES S.S
CRC-PR 004940/O-6

**Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Paracatu - Preserv
Balço Patrimonial em 31 de dezembro**

Valores em reais

ATIVO	Nota	31/12/2016	31/12/2015	PASSIVO	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Circulante		83.545.709,28	67.384.962,82	Não circulante		8.624.368,51	19.743.725,27
Caixa e equivalentes de caixa	04	43.921,99	16.134,90	Provisões a longo prazo	07	8.624.368,51	19.743.725,27
Créditos a curto prazo		0,14	0,14				
Investimentos e aplicações temporárias	05	83.501.787,15	67.368.827,78	PATRIMÔNIO SOCIAL		75.124.067,79	47.776.568,13
				Resultados acumulados	08	75.124.067,79	47.776.568,13
Não circulante		202.727,02	135.330,58				
Imobilizado	06	202.727,02	135.330,58				
Total do ativo		83.748.436,30	67.520.293,40	Total do passivo e patrimônio social		83.748.436,30	67.520.293,40

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Paracatu - Preserv
Balço Financeiro em 31 de dezembro

Valores em reais

INGRESSOS	31/12/2016	31/12/2015	DISPÊNDIOS	31/12/2016	31/12/2015
Receita orçamentária	33.677.649,75	26.890.713,50	Despesa orçamentária	17.516.903,29	14.567.224,23
Ordinária	47.092,67	1.328,15	Ordinária	-	-
Vinculada	33.630.557,08	26.889.385,35	Vinculada	17.516.903,29	14.567.224,23
Recursos vinculados à Prev.Social - RPPS	33.630.557,08	26.889.385,35	Recursos destinados à Prev.Social - RPPS	17.516.903,29	14.567.224,23
Transferências financeiras recebidas	-	35.000,00	Pagamentos extraordinários	41.477.936,88	55.339.805,40
Para aporte de recursos para o RPPS	-	35.000,00	Depósitos restituíveis e valores vinculados	2.415.400,88	2.208.753,18
			Outros pagamentos extraordinários	39.062.536,00	53.131.052,22
Recebimentos extraordinários	25.344.977,51	42.798.721,10	Saldo para o exercício seguinte	43.921,99	16.134,90
Depósitos restituíveis e valores vinculados	2.415.400,88	2.208.753,18	Caixa e equivalentes de caixa	43.921,99	16.134,90
Outros recebimentos extraordinários	22.929.576,63	40.589.967,92			
Saldo do exercício anterior	16.134,90	198.729,93			
Caixa e equivalentes de caixa	16.134,90	198.729,93			
Total dos ingressos	59.038.762,16	69.923.164,53	Total dos dispêndios	59.038.762,16	69.923.164,53

**Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Paracatu - Preserv
Balanço Orçamentário em 31 de dezembro de 2016**

Valores em reais

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receita Realizada	Saldo
Receitas correntes	32.378.000,00	32.378.000,00	33.677.649,75	1.299.649,75
Receitas de contribuições	23.076.000,00	23.076.000,00	23.323.574,08	247.574,08
Receitas patrimoniais	8.900.000,00	8.900.000,00	10.052.536,00	1.152.536,00
Outras receitas correntes	402.000,00	402.000,00	301.539,67	-100.460,33
Total das receitas	32.378.000,00	32.378.000,00	33.677.649,75	1.299.649,75

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhada	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
Despesas correntes	18.301.000,00	18.366.604,21	17.447.133,83	17.447.133,83	17.447.133,83	919.470,38
Pessoal e encargos sociais	16.156.000,00	17.721.061,41	17.232.742,92	17.232.742,92	17.232.742,92	488.318,49
Outras despesas correntes	2.145.000,00	645.542,80	214.390,91	214.390,91	214.390,91	431.151,89
Despesas de capital	570.000,00	504.395,79	69.769,46	69.769,46	69.769,46	434.626,33
Investimentos	200.000,00	134.395,79	69.769,46	69.769,46	69.769,46	64.626,33
Inversões financeiras	370.000,00	370.000,00	-	-	-	370.000,00
Reserva do RPPS	13.507.000,00	13.507.000,00	-	-	-	13.507.000,00
Total das despesas	32.378.000,00	32.378.000,00	17.516.903,29	17.516.903,29	17.516.903,29	14.861.096,71
Superávit	-	-	16.160.746,46	-	-	-16.160.746,46
Total	32.378.000,00	32.378.000,00	33.677.649,75	17.516.903,29	17.516.903,29	-1.299.649,75

**Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Paracatu - Preserv
Demonstrativo das Variações Patrimoniais em 31 de dezembro**

Valores em reais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (VPA)	31/12/2016	31/12/2015	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (VPD)	31/12/2016	31/12/2015
Contribuições	23.323.574,08	19.521.687,73	Pessoal e encargos	2.235.565,84	1.810.449,73
Contribuições Sociais	23.323.574,08	19.521.687,73	Remuneração a pessoal	246.926,53	191.989,49
Variações patrimoniais aumentativas financeiras	10.306.983,00	7.367.697,76	Encargos patronais	40.227,03	35.320,77
Juros e encargos de mora	254.447,00	201.645,54	Benefícios a pessoal	1.935.542,28	1.571.776,30
Remuneração de depósitos bancários e aplicações financeiras	10.052.536,00	7.166.052,22	Outras variações patrimoniais diminutivas	12.870,00	11.363,17
Transferências e delegações recebidas	-	35.000,00	Benefícios previdenciários e assistenciais	14.997.177,08	12.437.411,48
Transferências intragovernamentais	-	35.000,00	Aposentadorias e reformas	12.335.051,52	10.042.249,68
Valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos	-	7.346,50	Pensões	2.662.125,56	2.395.161,80
Ganhos com incorporação de ativos	-	7.346,50	Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	216.763,93	290.568,46
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	387.455.033,38	69.083.693,67	Uso de material de consumo	17.099,16	11.877,94
Reversão de provisões e ajustes de perdas	263.500.600,01	-	Serviços	197.291,75	278.690,52
Diversas variações patrimoniais aumentativas	123.954.433,37	69.083.693,67	Depreciação, amortização e exaustão	2.373,02	-
Total das VPA	421.085.590,46	96.015.425,66	Desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos	-	669.250,56
			Reavaliação, redução a valor recuperável e ajuste p/perdas	-	669.250,56
			Outras variações patrimoniais diminutivas	376.288.583,95	21.448,06
			Constituição de provisões	324.767.907,41	-
			Diversas variações patrimoniais diminutivas	51.520.676,54	21.448,06
Total variações patrimoniais			Total das VPD	393.738.090,80	15.229.128,29
			Total variações patrimoniais	27.347.499,66	80.786.297,37

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS –
PRESERV PARACATU – MG**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em reais)

01 – CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Paracatu-MG, inscrito no CNPJ 04.813.860/0001-03, foi criado pela Lei nº 2.403 de 07 de novembro de 2001, visa dar cobertura aos riscos a que estão sujeitos os beneficiários e compreendem um conjunto de benefícios que atendam a subsistência nos eventos de aposentadoria e pensão. São segurados do RPPS o servidor público titular de cargo efetivo dos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo, Autarquias e Fundações Municipais.

02 – POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS – PRESERV PARACATU – MG** foram elaboradas em observância:

- Lei nº 4.320/64;
- Lei nº 9717/98;
- Lei Complementar nº 101/00;
- Portarias e Instruções Normativas da Secretaria do Tesouro Nacional, sendo Resolução CMN nº 3790/2009, alterada pela Resolução CMN nº 3922/2010;
- Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis as entidades do Setor Público; e
- Portaria MPAS nº 95/07, que alterou os anexos I, II, III e IV da Portaria nº 916/03.

2.2. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em novembro de 2019.

03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são:

a) Apuração de resultado

As receitas e despesas foram contabilizadas segundo a Lei Federal nº 4.320/64, a Lei Federal nº 9.717/98, portarias e as Normas Brasileiras de Contabilidade, Portaria MPAS nº 95/07, que alterou a Portaria 916/03.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais mil (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da empresa, exceto quando indicado de outra forma.

c) Ativos circulante e não circulante

• Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e aplicações financeiras.

• Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, deduzido da respectiva, depreciação e ou amortização.

A depreciação dos bens do imobilizado é calculada pelo método linear, considerando a vida útil econômica dos bens.

- **Demais ativos circulante e não circulante**

São apresentados ao valor líquido de realização.

d) Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço.

e) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

f) Taxa de administração

Na Forma das determinações contidas na Lei de sua criação, os recursos do RPPS são destinados ao pagamento dos benefícios previdenciários e da taxa de Administração fixada em 2%, destinada a manutenção do Instituto.

g) Das alíquotas das contribuições patronal e dos servidores

No exercício de 2016, as contribuições previdenciárias foram de 11% para o Servidor e 17,10% de obrigações patronais, sendo previsto contribuição complementar para a cobertura do déficit atuarial no valor de R\$ 5.136.808,02 no ano de 2016.

04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A composição na data base era a seguinte:

Conta corrente	31/12/2016	31/12/2015
CEF - Conta previdenciária	43.921,99	16.134,90
Total	43.921,99	16.134,90

05 – INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS

A composição na data base era a seguinte:

Aplicação	31/12/2016	31/12/2015
FI Caixa Brasil Tit.Públ.RF Longo	43.751.312,74	
FI Brasil 2024 II TP RF	6.364.750,00	
Caixa FI Brasil ref.Longo prazo	14.701.206,09	
Caixa FI Brasil IDKA IPCA 2a	7.209.476,90	
Caixa FI Brasil IMA-B Tit	11.475.041,42	
Total	83.501.787,15	67.368.827,78

06 – IMOBILIZADO

A composição na data base era a seguinte:

Bem	31/12/2016	31/12/2015
Bens de informática	1.650,00	-
Móveis e utensílios	13.769,46	-
Veículos	54.350,00	-
Demais bens móveis	68.685,90	68.685,90
Bens imóveis	66.644,68	66.644,68
(-) Depreciações acumuladas	-2.373,02	-
Saldo líquido de imobilizado	202.727,02	135.330,58

07 – PROVISÕES A LONGO PRAZO

A composição na data base era a seguinte:

Conta	31/12/2016	31/12/2015
Aposentadorias/pensões/outras benefícios concedidos do plano	72.372.376,71	116.085.576,47
(-) Contribuições do ente para o plano previdenciário do RPPS	-	95.675.914,10
(-) Contribuições do aposentado para o plano previdenciário do RPPS	-788.295,57	-192.017.765,30
(-) Contribuições do pensionista para o plano previdenciário do RPPS	-195.357,51	-
(-) Compensação previdenciária do plano previdenciário do RPPS	-8.685.542,45	-
Aposentadorias/pensões/outras benefícios a conceder do plano	314.875.795,89	-
(-) Contribuições do ente para o plano previdenciário do RPPS	-51.517.746,61	-
(-) Contribuições do ativo para o plano previdenciário do RPPS	-35.043.711,19	-
(-) Compensação previdenciária do plano previdenciário do RPPS	-18.892.547,75	-
Plano previdenciário - plano de amortização	-263.500.603,01	-
Total	8.624.368,51	19.743.725,27

08 – RESULTADOS ACUMULADOS

A composição na data base era a seguinte:

Conta	31/12/2016	31/12/2015
Resultado do exercício	27.347.499,66	80.786.297,37
Resultados de exercícios anteriores	47.776.568,13	-33.009.729,24
Total	75.124.067,79	47.776.568,13
